



Anais da Assembléia

N.º 74

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 23 DE JUNHO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 1978

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Fabiano Braga Côrtes e José Domingos Scarpelini.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Aragão de Mattos Leão (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno, requer após consultado a douta Casa, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Osires Stenghel Guimarães — Secretário de Estado dos Transportes — no sentido de que seja feito em regime de urgência, estudos de viabilidade, para interligar a Comarca de Toledo com o Município de Nova Aurora, passando por Novo Tupãssi, Jotaesse e Palmitópolis.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1978.

(a) Edilson Alencar

JUSTIFICATIVA:

Sabemos que no Oeste do Paraná estão localizadas as terras mais ricas e férteis de nosso Estado, e que por esta razão é grande produtora.

Contribuições incalculáveis já deu para o desenvolvimento do Estado e do País.

Nesta região fica localizado o grande distrito judiciário de Novo Tupãssi que pela sua capacidade produtora, centenas e centenas de residências, comércio elevado, enorme população estudantil, população eleitoral maior que muitas comarcas do Estado, sem contar com uma população global invejada por muitos outros centros, e que pela sua produção agrícola ajuda a elevar o conceito de Assis Chateaubriand no cenário político do Paraná; Cidade Jotaesse de características quase idênticas ao distrito de Novo Tupãssi, de população paciente que espera

do governo os benefícios mais urgentes que até agora não vieram; Palmitópolis, distrito judiciário da comarca de Formosa do Oeste, no Município de Nova Aurora, outro grande centro em população eleitoral e estudantil e também grande produtor, que espera e merece a atenção do governo.

Por estas e outras considerações é que o nosso requerimento deve e merece ser aprovado e, que os órgãos competentes assumam a responsabilidade sobre o requerido e, que esta obra tenha prioridade para que o início seja breve, e assim sendo, possa o Governo satisfazer as exigências do povo da região, que até hoje muito esperou e pouco recebeu.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de direito regimental, requer, após ouvido o Plenário, que se oficie à Diretoria da Empresa Kamby, convite no sentido de comparecerem a esta augusta Assembléia para esclarecerem os problemas atinentes à importação de leite no país.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1978.

(a) José Domingos Scarpelini

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 96/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É declarada de utilidade pública a “Associação das Senhoras de Rotarianos de São José dos Pinhais”, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1978.

(a) Paulo Camargo

JUSTIFICATIVA:

A Associação das Senhoras de Rotarianos da cidade de São José dos Pinhais, com personalidade jurídica, sede e foro naquela cidade, presta relevantes serviços à comunidade de forma desinteressada e sem qualquer objetivo de lucro.

Os membros da sua diretoria não percebem nenhum salário, dividendo ou vantagem pecuniária pelo desempenho de suas atividades. Assim como a Associação não distribui qualquer espécie de lucros entre os seus associados, pelo que se enquadra perfeitamente nas disposições legais que dispõem sobre declaração de utilidade pública de entidades filantrópicas.

PROJETO DE LEI N.º 97/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o “Serviço Paroquial de Promoção Humana”, com sede e foro no Distrito de Lindianópolis, Município de Jardim Alegre.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1978.

(a) Gilberto Carvalho

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços no campo da assistência social junto à comunidade de Lindianópolis.

A cópia dos Estatutos Sociais, devidamente registrado junto ao Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Ivaiporã, comprovam a sua personalidade jurídica, razão pela

qual apresentamos o presente projeto de lei, visando o reconhecimento público estadual.

PROJETO DE LEI N.º 98/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a “Associação Casa de Emaús”, com sede à Rua Alagoas, 523, na cidade de Cornélio Procopio - PR.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1978.

(a) Luiz Gabriel Sampaio

JUSTIFICATIVA:

A Associação Casa de Emaús, com sede à Rua Alagoas, 523, na cidade de Cornélio Procopio - Paraná, constitui uma sociedade sem fins lucrativos, tendo como objetivo a manutenção de um semi-internato naquela cidade, cujas atividades são a de dar assistência às crianças pobres, dando condições às mães que trabalham fora do lar, a sua manutenção; incluindo-se alimentação, ensino moral e espiritual; educar e executar planos que redundem no bem material e espiritual das famílias pobres cujos filhos estejam sob cuidados da Casa de Emaús.

Encontrando-se em pleno funcionamento, e atendendo as determinações previstas em lei, justifica o presente pedido para que a mesma venha a ser declarada de utilidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

A Presidência tem a satisfação de registrar a presença nesta Casa do Sr. Rubens Vieira Lopes, DD. Prefeito Municipal de Nova Cantu.

Para falar no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com a mesma tristeza com que assistimos o último jogo da Copa do Mundo, Argentina e Peru, que nos envergonhou, assistimos ontem nesta Casa a não votação pela aprovação de um requerimento do Sr. Deputado Nelson Buffara. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer a consignação em ata de um voto de repúdio à Seleção de Futebol do Peru, pela maneira anti-esportiva que se portou durante a partida disputada com a Argentina, decepcionando profundamente a milhões de brasileiros e a todos os que assistiram tão medíocre e suspeita atuação.

Sem pretender diminuir o brilho da vitória da Argentina, o signatário consigna, de público, sua revolta pelo desvirtuamento do esporte, diante da certeza de que uma Seleção, como a do Peru, normalmente, não perderia sem luta, sem glória e sem brio.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1978.

(a) Nelson Buffara”.

Sr. Presidente, existe aí uma propaganda de que “Esporte é Saúde”. Existe um incentivo do Governo, para e pelo esporte.

Nós vimos e nós ouvimos, nós assistimos vergonhosamente, a deseducação do esporte peruano, a ponto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de decepcionar todo o povo brasileiro e o povo do mundo.

Interessante, Sr. Presidente, é que esta Casa ontem não acolheu e não aprovou voto de repúdio, quando o próprio Peru, os próprios peruanos estão envergonhados, estão repu-

diando, estão criticando.

E veja, Sr. Presidente, a manchete de um dos jornais de Curitiba de hoje: “Venderam-se Vergonhosamente”, dizem indignados os peruanos.

E eu leio, Sr. Presidente, para que, se não for aprovado o requerimento que farei, fique constado nos Anais desta Casa, o repúdio dos peruanos.

“LIMA (UPI) Que desastre: o Peru caiu goleado sem alma e sem coração por seis a zero frente à Argentina”, diz o título de um dos jornais de Lima ao noticiar a partida disputada entre ambas as equipes, no Campeonato Mundial de Futebol.

Um comentarista esportivo afirmou que “em uma noite negra, incrível, seis gols marcaram um epílogo nada decoroso para a Seleção Peruana, que realmente empanou tudo o que havia feito de bom no primeiro turno do campeonato”.

Outros especialistas assinalaram que “na noite de ontem, acabou a ilusão de que o Peru poderia chegar a ser um sucessor do Brasil no futebol. Nem de longe imaginávamos que o Peru caísse tão estrepitosamente”.

O jornal “La Prensa” indica que “O Peru não tem nenhuma desculpa. Mas o que mais dói nesta derrota não é propriamente os gols, mas a atitude dos jogadores peruanos que não fizeram nada para impedir que o massacre fosse consumado”.

Acrescenta que “é inexplicável que em apenas 15 minutos uma equipe pôs a perder futebol, estratégia e vergonha futebolística. É inconcebível que os jogadores que se aproximaram da glória tenham naufragado dessa forma”.

“Esta derrota terá de figurar como uma página negra em nossa história futebolística que nem sequer é justificada pelo fato de o juiz francês Wurtz ter dirigido a partida de acordo com sua vontade.

O Hirbak “El Comercio” assinala que as lesões de alguns jogadores titulares, o quadro deficiente apresentado pela direção técnica e a falta de preparo físico, facilitaram a vitória argentina”.

“Outros dois jornais afirmaram que a derrota peruana “foi uma despedida humilhante”, indagando: “O que aconteceu em Rosário?”

Sr. Presidente, nos mesmos termos do requerimento do Deputado Nelson Buffara, pelo qual votei, ontem favoravelmente, como votei pelo requerimento do Deputado José Domingos Scarpelini, faço outro requerimento, para que esta Casa reconheça, juntamente com a Imprensa e com os peruanos, de que, realmente, foi uma vergonha aquele jogo.

O Brasil que não perdeu nenhum jogo, está desclassificado por falta de honra, de moral e de honestidade do time da seleção do Peru que deve receber, Sr. Presidente, do mundo, as críticas para que isso não aconteça mais. Afinal de contas, o Campeonato Mundial atrai todas as atenções para ele e nós assistimos esse humilhante espetáculo.

O nosso requerimento, Sr. Presidente, está vazado nos seguintes termos: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, requer seja consignado em ata, votos de repúdio:

1 — A Seleção de Futebol do Peru.

2 — Ao Técnico Coutinho.

3 — Ao Sr. Juiz que dirigiu a partida da Argentina e Peru.

Tudo pela maneira com que se comportaram durante o Campeonato Mundial.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1978.

(a) Jayme Rodrigues Carvalho”

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito para falar no Pequeno

no Expediente.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendo, nesta oportunidade, não só justificar o meu voto contrário ao requerimento do ilustre Deputado Nelson Buffara, como também o futuro voto contrário ao requerimento do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

E o faço porque pretendo que esta Assembléia que representa o povo paranaense, não entre na onda de passionalismo que envolve todo o País, não seja veículo para novas manifestações contra não só uma Seleção. Se pudéssemos restringir as manifestações em relação peruana, talvez até pudéssemos concordar.

Mas, infelizmente, Srs. Deputados, está se aproveitando, neste País, está se aproveitando do “fracasso” de nossa Seleção, fracasso até entre aspas porque não fez por merecer coisa melhor, para que o nosso sofrido povo esqueça dos maus momentos em que vive.

E nessa acerbação de ânimos, vemos também, nas manchetes dos jornais de hoje, a depredação da Embaixada do gigante país que é o Peru! Tão gigante que está dando lições a toda a América Latina, lições de democracia.

E, há poucos dias ainda, no fervor de uma Copa do Mundo, eles não ficaram pensando apenas em futebol e convocaram uma assembléia nacional constituinte. A ditadura peruana teve a coragem de chamar o povo para dirigir seus destinos.

Por isso, Srs. Deputados, para que a Assembléia não entre na onda de passionalismo, é que, ontem, votamos contrários, e hoje também, a isso que ocorre em todo o País. Destacando o esforço do jogador brasileiro que, hoje, já não é, indiscutivelmente, o melhor do mundo. Se o fosse nossas equipes estariam ganhando os campeonatos mundiais, e não estão. Há muito tempo, estamos perdendo para o Uruguai, dos alemães e holandeses, nas disputas diretas contra clubes.

Deveríamos procurar as causas do não êxito da nossa Seleção, em outros setores. Aí estão os 100 elementos da Seleção, inclusive esposas de Presidentes da CBD, a gastarem dinheiro da Pátria, a gastarem dinheiro da loteria esportiva, que sai do bolso de cada um dos mais humildes brasileiros; está aí, a incompetência desses homens que foram lá, inclusive, incluindo uma tabela altamente desfavorável a todos os outros países, não só ao Brasil, a todos, menos à Argentina, e, à última hora ficam a chorar.

Deveríamos, primeiro, perguntar como é possível querer, um país, resolver os seus problemas futebolísticos, se não teve capacidade sequer, de exigir uma tabela justa? Se no momento perguntarmos como ganhar uma Copa do Mundo, Srs. Deputados, se a Comissão Técnica não teve capacidade de escalar um time, porque o time que conseguiu terminar e está terminando a Copa, fora escalado pelos jornalistas, pela imprensa brasileira ouvindo a voz do povo? O próprio Presidente da CBD está dizendo que é a seleção do povo, que está jogando! Passaram 3 a 4 meses treinando, e chegaram, sem time, na Copa que está terminando. Coutinho é que é a maior vítima desta situação. Por isto, esse passionalismo não deve ser levado, inclusive, ao conhecimento desta Assembléia. A mim me preocupa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós estejamos a permitir uma cortina de fumaça nessa Seleção Brasileira, a mesma Seleção Brasileira que, através de alguns jogadores que exigiram alta soma para chegarem ao Campeonato Mundial, chegue, agora, com esses mesmos homens, como vítimas, e que o povo, pobre, faminto, até de liberdade, esqueça os seus problemas, e, fique a discutir se, o Peru foi covarde, se o Peru foi comprado. E eu fico a perguntar aos ilustres Deputados que nesta Casa requerem votos de repúdio: como estaríamos nós, hoje, se o Peru não tivesse levado a goleada que levou? Seria dito, por todo o mundo, que o Peru teria se vendido ao milionário pernambucano, que, ofereceu um milhão de cruzeiros a cada jogador do

Peru, caso vencesse a Argentina.

Srs. Deputados — talvez não mais, mas, não menos do que qualquer brasileiro, torci e torço pelo meu País. Mas, de outra parte, Srs. Deputados, vejam que as circunstâncias permitiriam, se o Brasil tivesse condições de chegar ao Campeonato Mundial, de ser o primeiro colocado, bastaria ter ganho da Argentina. Lastimar e sermos veículo, a Assembléia Legislativa do Paraná para acirrarmos mais os ânimos do povo brasileiro que chegou inclusive a não distinguir jogadores de futebol de uma seleção, com a pátria peruana, quando da depredação da Embaixada Peruana em Brasília, me parece altamente negativo para esta Casa.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu apelo para que não só não sejamos veículo deste nacionalismo irracional, mas, também, não sejamos os portadores de um passionalismo que faz com que o povo brasileiro esteja a desviar as suas atenções dos seus problemas básicos — coisa que o altivo país do Peru não o fez, tanto que há poucos dias chamou o seu povo, para uma Assembléia Nacional Constituinte! — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pensávamos que o nosso requerimento formulado ontem nesta Casa, que por sinal foi rejeitado, causasse tanta celeuma e tanta preocupação por parte dos Srs. Deputados.

O nosso pensamento de ontem, é o mesmo de hoje e será o mesmo de amanhã.

A imprensa inteira do País diz, em outras palavras, que nós estávamos certos ao requerermos voto de repúdio, rejeitado por esta Casa, pelo pensamento dos Srs. Deputados.

Jamais tivemos a intenção de ferir os brios do povo peruano e o Governo daquele País, como, intencionalmente disse o Deputado Deni Schwartz. Não foi essa a nossa intenção. Não somos agitadores, Srs. Deputados, somos homem consciente e tranqüilo, o que temos demonstrado nestes anos de trabalho nesta Casa. Jamais passaria pela mente deste Deputado, que nunca foi molestado por ninguém, agitar, promover uma agitação contra um povo, mas sim, contra os jogadores, que foram uns desavergonhados, em campo de futebol. Apenas repudiamos, isto sim, não protestamos; repúdio é uma coisa, protesto é outra, completamente diferente!

Hoje, não aceitando a rejeição desta Casa, muito embora respeitemos a opinião dos Srs. Deputados, não aceitamos, de forma alguma, porque não sei se houve alguma intenção dolosa por parte de quem votou contra, imaginando que tivéssemos a pretensão, a ousadia, o atrevimento de querermos jogar o povo do Brasil, contra o povo daquele País irmão.

Quanto à depredação da Embaixada, em Brasília, não nos cabe responsabilidade alguma. Não tivemos e jamais teríamos motivação para tanto. Somos homens pacíficos e ordeiros e preceituamos a ordem e a liberdade deste País, como também desejamos a ordem e a liberdade de outros países sulamericanos.

Achamos, e continuamos achando, que o voto de repúdio foi muito bem posto. O Deputado que me precedeu, Deputado Jayme Carvalho, reconhece que eles amoleceram.

Qual o problema que nós enfrentaríamos, Srs. Deputados, se tivéssemos o nosso requerimento aceito, ontem, por esta Casa? Ratificamos inteiramente o que ontem dissemos nesta Casa, através daquele requerimento, e, hoje, eu agravo mais, o que nele estava contido, ontem — os jogadores do Peru comportaram-se daquela maneira indecorosa frente à Argentina, eis que deveriam ter lutado um pouco, poderiam então ter perdido de muitos “goals” a 0!

É desagradável trazer um assunto pela segunda vez, um assunto que não é bem do feitio deste Deputado, eis que nunca fui demagogo, não sei fazer demagogia, porém, a verdade tem

que ser dita. Eles foram uns senvergonhas, os jogadores da Seleção do Peru! Não interessa se os Srs. hoje mais uma vez quiserem me criticar — nunca fui agitador, apenas acho que se deve diferenciar alhos de bugalhos!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, neste Plenário, do Dr. Paulo Novaes, que se faz acompanhar do Sr. Avelino Costa, ambos de Goioerê.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O ilustre Deputado Nelson Buffara que usou da tribuna há momentos atrás, responsabiliza-se e se responsabilizou pelos seus atos.

Muito bem!

Nós, ontem, votamos contra o requerimento do ilustre Deputado e também nos responsabilizamos por esse ato de votar contra, porque entendemos que se voto de repúdio fosse dado às equipes que fizeram uma má apresentação na Copa do Mundo, também seria necessário fazer voto de repúdio à Seleção Brasileira que tão mal se portou esportivamente na 12.^a Copa do Mundo que ora se disputa na Argentina.

O comportamento da Seleção Brasileira, tão degradante ao ponto de se ver nas camisas oficiais da nossa seleção, propaganda de empresa multinacional, propaganda que detém o monopólio da fabricação de artigos esportivos na América Latina, a Adidas, e nós, Senhor Presidente, Senhores Deputados, encaminhamos à Casa, ontem, um requerimento vazado nos seguintes termos: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se consigne na ata dos trabalhos de hoje, protesto contra a C.B.D., pelo motivo constante da justificativa deste.

Solicita, outrossim, que, da decisão da Casa, se dê ciência aos dirigentes da C.B.D.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1978.

(a) José Domingos Scarpelini

JUSTIFICATIVA:

A Seleção Brasileira participou da XII Copa do Mundo, com a finalidade de competir para a conquista de mais um título de futebol mundial para o Brasil, e não para propaganda de multinacionais, como ocorreu em Buenos Aires, neste último Campeonato, quando os jogadores brasileiros ostentavam em suas camisas da seleção, a propaganda da “ADIDAS”, conhecida multinacional.

No caso, perguntamos porque não apresentaram os nossos craques, propaganda do nosso café, das grandes fábricas nacionais de tecidos e confecções outras etc.

Seria, assim, uma atitude muito mais patriótica, uma vez que estaríamos então, apresentando propaganda do que realmente é nosso.”

Senhor Presidente, Senhores Deputados, ouvir de jogadores de futebol que só participariam para valer do campeonato mundial de futebol, caso houvesse uma alta recompensa para a conquista do título. Ouvir o Sr. Coutinho na Televisão, pedir para que se faça depósito em Caderneta de Poupança; ouvir o Sr. Rivelino fazer apelos e propagandas em torno também de depósitos em caderneta de poupança. É antinacional, é anti-patriótico, ouvir jogadores de futebol querer impor coisas a este País, a esta Nação e ao nosso Povo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Sou um homem autêntico. Sou um homem que não nego aquilo que penso da tribuna, nesta hora, eu quero dizer ao Paraná e a esta Assembléia, fiquei satisfeito com a desclassificação do Brasil nesta Copa do Mundo porque aqueles que foram lá, não foram para

representar com patriotismo, não foram para ostentar o peso de uma camisa de seleção, que, acima de tudo, é a representação máxima de sua Pátria. Estou satisfeito e solto foguetes! pela desclassificação do Brasil na Copa do Mundo, porque elementos desclassificados estavam a comandar a CBD, estavam a defender a nossa seleção, nos quatro...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência comunica que o tempo de V. Ex.^a já se esgotou, eminente Deputado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, talvez leve com isso um prejuízo eleitoral, mas afirmo nesta tribuna, que o Brasil não merecia talvez, nem passar pelas Oitavas de Final, e talvez nem ir lá disputar esse campeonato, pela maneira como foi conduzida a CBD.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para falar no horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos vendo e sentindo por toda parte sinais de mudança na sociedade.

A nação inteira, por suas lideranças mais conscientes e expressivas, manifesta a vontade decisiva que há de promover essas mudanças. Elas não são atributo e privilégio de governos. Muito menos de governos sem legitimidade.

Representantes de todas as classes sociais debatem, analisam, criticam a situação brasileira atual, o legado de um governo discricionário, opressivo e agente de interesses anti-sociais. O que este governo, com várias máscaras e uma só catadura, deu ao país foi a intranquilidade em nome da ordem, o arbítrio em vez da voz popular, a violência em vez da lei, a corrupção em vez da moralidade, a concentração de riqueza no lugar da distribuição dos benefícios sociais a toda a sociedade.

Diz o povo na sua sabedoria, mesmo quando não tem voz e voto: “Quem semeia ventos, colhe tempestades”.

A tempestade da ira popular se avoluma. Essa concentração de revoltas contra o arbítrio e as injustiças determinou a inviabilidade de continuar essa maré de absurdos que varre o País.

Ao contrário do que pensem os ingênuos e pregam os cínicos, as mudanças políticas e sociais que estão à vista não são resultado de uma, duas ou três conferências da “mini-constituente” que se reúne na granja. Não são fruto da vontade do chefe do governo.

Mas, é forçoso reconhecer que a “mini-constituente” não é o fruto maduro do pensamento rico e elitizado de meia dúzia de integrantes do Poder Decisorio. É a extensão de erros acumulados no último decênio e que tiveram seu nascedouro na idéia de que os privilegiados econômicos é que deveriam dirigir a nação, em alianças com interesses internacionais.

E não poderiam sustentar-se sem o apoio das custas e grupos estaduais e municipais, a quem convinha o Estado de exceção e que se beneficiaram dele durante todo esse tempo.

Gerou-se, então, uma cadeia de interesses escusos comprometidos com sua sobrevivência, com seus interesses comuns. E esses interesses comuns de grupos minoritários e agressivos aproveitaram a boa-fé de postulações políticas equivocadas a respeito da Nação e de seus interesses, para ir tomando conta de tudo.

Senhores Deputados:

Os brasileiros estão com fome. 56 milhões de trabalhadores — com profissão, capacitação e produtividade distintas — estão enfrentando sérias dificuldades para continuar sobrevivendo. Atingem-nos: a subnutrição, a insegurança do trabalho,

a exploração desenfreada na compra dos bens de consumo, o endividamento permanente e crescente.

Esse quadro de privações, seja nos elementares direitos à sobrevivência, ao acesso à saúde, à educação, até à iniciativa na produção, culmina com a castração política.

Frente a essa esmagadora maioria de brasileiros do campo e da cidade, uma minoria privilegiada ajustou os interesses privados à participação no poder político, inscrevendo-se entre a ínfima percentagem de 1 a 2% de favorecidos pelo sistema econômico e político.

A política de casta criou uma forma de compromisso: e então vemos que os sátrapas nomeados vieram somando vantagens e benefícios. Suas empresas, dos parentes e amigos, resistiram e resistirão às crises; continuarão crescendo com o fermento do poder usurpado.

Não faz muito esta Casa tomou conhecimento de que o BADEP foi o agente que deveria transformar a empresa do irmão do Ministro Ney Braga numa construtora nacional de obras, com recursos facilitados. O BADEP se ressalva, dizendo que foi o Banco Central que determinou a Lutfallização. E este é apenas um episódio no cenário paranaense e brasileiro. Temos dezenas de casos em que os Ministros são os intermediários dessas operações duvidosas e até escusas.

Uma rede de televisão está sendo montada no Estado, por intermediação da mesma fonte.

Mas, não seria de estranhar tal procedimento, quando há a impunidade e até a justificação, como fizeram os ministros da área econômica.

Para mim, o nome que pode ser dado a esse tipo de ação governamental é "CORRUPÇÃO", que deve ser um dia investigada com seriedade.

Estivéssemos noutro estágio de desenvolvimento político-jurídico, seria posto termo a esses abusos.

E, veja-se bem, a ação se dá para atender interesses de um Ministro da Educação e Cultura, que tem o poder de transferir programas de uma cadeia nacional de televisão de uma estação local para outra. A que preço, e sob que condições? Todos sabemos.

A isso se dá o nome de "administração segundo os interesses superiores." Essa coonestação vergonhosa de atos imorais e de formação de castas e grupos anti-sociais.

O rol de atos e decisões que implicam dinheiros públicos, sob o bafejo do ex-Ministro da Educação e seu grupo é assustador e levaremos algum tempo levantando dados que se escondem, que são subtraídos à fiscalização da opinião pública.

Pois bem, essa figura impoluta, caráter sem jaça, pretende voltar a seu Estado para exercer o papel de Comandante Geral, de padrão público de condutas, de cabo eleitoral. Ele que foi um Ministro da Educação, sob cuja inspiração a lei que rege o ensino básico brasileiro a 5692 não foi à frente, nem foi substituída como pregam todas as fontes credenciadas de Educação no País. E o monstro aí está: Não é da alçada dos municípios, carentes de recursos e dessangrados em sua economia e autonomia, mas também não é legalmente da alçada dos Governos Estaduais e da União. Aos municípios cabe um investimento muito alto, se quiserem aumentar a taxa de escolarização, mas não podem construir e qualificar as instituições de ensino necessárias. E esse lusco-fusco", essa ambigüidade programática é exatamente o que interessa e serve ao governo, tornando os municípios cada vez mais dependentes.

E a Educação se tornou e consolidou como mentira nacional. A Nação foi mobralizada, com péssima educação transformada em simples e artificiosa alfabetização, para exibir estatísticas políticas na propaganda de governo e exibí-las às instituições internacionais. E grande parte da verba e da organização mobralizante foi retirada da rede escolar de primeiro grau.

O ensino profissionalizante é uma aspiração das classes sociais brasileiras, porém lhes é oferecido como engodo político:

currículos desajustados às necessidades sociais, falta de fiscalização e controle do ensino, burocratização dos serviços públicos de educação a ponto de torná-los inoperantes, ineficientes e dependentes de comandos políticos cada vez mais.

A Educação brasileira chegou com o ex-Ministro Ney Braga e atual ungido à nomeação de governador dos paranaenses, ao ato final. Daqui para a frente o caos educacional não mais poderá ser mantido.

As pequenas reformas e decisões tomadas pelo Ministério durante a gestão Ney Braga, foram voltadas mais para obter créditos políticos do que para resolver os problemas cruciais da educação.

E mesmo ali onde Sua Excelência acertou, era a gota frente ao oceano de desmandos e favoritismo, a política da parentagem e de onerar os cofres públicos para atender demandas privadas que mal substituem a escola pública democrática.

E para coroar sua própria glorificação política, pensando jogar sobre os paranaenses sua condição de todo-poderoso e prestigiado cabo eleitoral, que teve acesso à Granja Constituinte - ele que deixou um "engenheiro da educação" como seu porta-voz no Ministério, - vem aplicar seu estilo e seus métodos na política do Paraná; outra vez.

O atual Governador do Estado também é um homem da grei Ney Braga, formado à sua imagem e semelhança. Revela a atitude do clã, o reconhecimento por essa oportunidade de servir e honrar-se com a nomeação que termina. Foi um gerente - como ele analisa a função de Governador, realizando obras no Estado. Algumas, todos reconhecemos, de importância como no setor das comunicações e construção de salas de aula.

Porém, nenhum paranaense consciente pode esquecer que está para ser testada essa política de "gerente". Se o preço de trocar a autonomia e a participação decisiva do Paraná nas atividades agrícolas e industriais, na política firme e fundamental de apoiar e proteger os produtores diretos não foi um preço muito alto para essas realizações. O Paraná continuou sem voz, espremido em necessidades que não apenas da grande economia e dos grupos econômicos, mas atingem especialmente os trabalhadores da cidade e do campo, aos pequenos e médios empresários que não encontram amparo algum na política de "gerente". Sua Excelência foi omisso nas questões fundamentais da produção, na questão do homem, na defesa dos interesses da esmagadora maioria dos paranaenses.

Perguntem ao empresariado do Paraná, fora do círculo estreito do peleguismo, como vê a atuação do governo estadual na defesa de seus interesses? Perguntem ao agricultor pequeno e médio como foi que a assistência e o apoio do governo ajudaram a resolver seus problemas candentes. Perguntem aos professores e funcionários públicos em geral, como foi que Sua Excelência mostrou capacidade de entender que a Educação não é a construção de salas de aula, apenas, não é o seu vencimento de fome, é a desconsideração ao trabalho social.

Tudo isso partindo de um governo que cria privilégios em quadros especiais, que aproveita a empresa pública e as sociedades de economia mista para nomear com altos salários.

Um governo que montou em todos os setores da administração pública pequenos sub-comandos de controle e orientação de funcionários, de assessores de propaganda, a começar pelo Palácio, onde candidatos podem distribuir verbas de publicidade inclusive, para aproveitar a sua candidatura e aumento de influências. Por exemplo, os candidatos Ayrton Cordeiro, pupilo do Sr. Ney Braga, por exemplo, o Sr. Cleverson. Marinho Teixeira, pupilo do Sr. Affonso Alves de Camargo Neto.

Para alguns candidatos, o governo dividiu as repartições públicas, as empresas e sociedades de economia mista em comandos políticos. Por exemplo, o Sr. João Elísio Ferraz de Campos, denunciado por jovens arenistas por tentar aliciá-los com empregos para servirem como cabos eleitorais.

Senhores Deputados:

Felizmente, estamos chegando ao final dos tempos. Dos tempos de desvirtuamento da função pública, de favorecimento de grupos, de opressão contra uns e vantagens para outros.

Quanto mais rápido o desfecho desse episódio nacional e paranaense, tanto melhor para todos nós.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — (Faz soar os tímpanos) A Presidência informa ao eminente Deputado Edilson Alencar, que seu tempo já se esgotou e lhe concede tempo para as conclusões.

O SR. EDILSON ALENCAR — Comunicaria a V. Ex.^a que acabo de concluir o meu pronunciamento. Pediria apenas um minuto a mais, para permitir ao Líder do Governo, o aparte requerido.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Muito obrigado, Sr. Deputado. Evidentemente, que por escassez do tempo, não será possível oferecer os reparos que pretendia ao pronunciamento de V. Ex.^a, principalmente no que tange aos aspectos da educação no Estado do Paraná, e mais ainda, da maneira muito ligeira com que V. Ex.^a analisou a atuação do Governo Jayme Canet Júnior, no Paraná.

Reservo-me para outra oportunidade, para fazer esta análise, mas, desde já, deixando claro a V. Ex.^a de que não me parece pertinente e nem procedente, as acusações que V. Ex.^a faz ao comportamento administrativo, ao desempenho administrativo do Governo Jayme Canet Júnior, e muito menos, aos aspectos educacionais que regem hoje a vida brasileira, mas evidentemente, como já disse, em razão da escassez de tempo, ficará para outra oportunidade.

O SR. EDILSON ALENCAR — Era só, Sr. Presidente. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência indaga ao Sr. Deputado Líder da Aliança Renovadora Nacional, se deseja ocupar o espaço que regimentalmente é reservado à sua bancada.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 21/77, que integra no Plano Rodoviário Estadual, em caráter prioritário, o acesso que liga o Distrito de Cafelândia D'Oeste à BR-369. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 21/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica incluído no Plano Rodoviário Estadual, para execução em caráter prioritário, a construção e pavimentação do acesso ligando o Distrito de Cafelândia, no Município de Cascavel, à BR-369, na altura do Distrito Nossa Senhora da Penha, pertencente ao Município de Corbélia, compreendendo um trecho de 12 km. de estrada.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 141/77, que denomina "Escola Doutor Lauro Müller Soares", a Unidade Polo de União da Vitória - Ensino de 1.º Grau. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 141/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — A unidade Polo de União da Vitória - Ensino de 1.º Grau, passará a denominar-se ESCOLA DOUTOR LAURO MULLER SOARES — Ensino de 1.º Grau.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 29/78, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 79/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Medianeira, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Plínio Tourinho, localizado naquela comuna. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 29/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 17 de dezembro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MEDIANEIRA, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Plínio Tourinho, da sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 30/78, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 85/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação e interveniência de Secretarias e órgãos que especifica e o Município de Sapopema, objetivando aplicação de recursos financeiros do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 30/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 09 de dezembro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, e o Município de SAPOPEMA, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 33/78, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 111/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secre-

taria das Finanças e FAMEPAR, com o Município de Francisco Beltrão, objetivando aplicação de recursos do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes Líquidos e Gasosos. - **Aprovado**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 33/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 18 de janeiro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR e o Município de FRANCISCO BELTRÃO, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 34/78, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 114/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, com o Município de Paulo Frontim, objetivando aplicação de recursos do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 34/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 18 de janeiro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR e o Município de PAULO FRONTIM, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 35/78, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 117/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, com o Município de Agudos do Sul, objetivando aplicação de recursos do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 35/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 25 de janeiro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a interveniência da Secretaria das Finanças e a FAMEPAR, e o Município de AGUDOS DO SUL, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator
REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 37/78, Mensagem n.º 38/78, ex-Proposição n.º 124/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Itaguajé, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 37/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 24 de fevereiro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de ITAGUAJÉ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator
O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência tem sobre a mesa, requerimento do Sr. Deputado Jayme Carvalho. A Presidência, com respaldo no artigo 152, deixa de receber o requerimento de S. Ex.ª.

Pretende o eminente Deputado, ouvido o Plenário, a consignação em ata de votos de repúdio à Seleção de Futebol do Peru, ao Técnico Coutinho e ao Sr. Juiz que dirigiu a Partida Argentina e Peru.

A Presidência não recebe, considerando que, no artigo 152, regimentalmente, é proibido expressamente ao Deputado, pretender discutir matéria vencida. Podendo apenas enviar à Mesa, se desejar, simples declaração escrita de voto.

Matéria desta natureza foi na sessão anterior, objeto do pronunciamento do Plenário, tendo sido rejeitada.

A Presidência não recebe este requerimento.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, eu estranho, porque eu não vejo matéria vencida. Cada Deputado aqui pode apresentar e no dia que quiser, um após o outro, requerimento idênticos.

O meu é completamente diferente do Deputado Nelson Buffara, eis que ele requereu um voto de repúdio à Seleção Peruana. Eu requeri à Seleção Peruana, ao Técnico Coutinho e ao Juiz que dirigiu a partida. É outra matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência cita então, para conhecimento do eminente Deputado, outro dispositivo regimental.

Lamenta a Presidência não haver presidido a sessão anterior, porquanto teria na oportunidade, procedido da mesma forma.

Art. 123 do Regimento Interno, Parágrafo 6.º: — “Não serão admitidas em qualquer proposição, expressões ofensivas a quem quer que seja.”

A Presidência considera a apresentação de voto de repúdio, nos termos em que foram propostos neste Plenário, altamente ofensivos à dignidade pessoal de quem, por razões que não cabe à Presidência analisar, atuou de uma ou de outra forma, no campo esportivo, ou fora dele.

Deseja a Presidência preservar o bom nome, a dignidade deste Poder. E, especialmente, lutar para que este Poder seja sempre o veículo do estreitamento das relações de amizade que unem o Brasil a outros povos, e nunca o veículo capaz de significar, de representar, por menor que seja, o veículo desagregador dessa amizade intercontinental, ou continental, tão necessária hoje para o desenvolvimento de nossos interesses econômicos, culturais e sociais.

A Presidência invoca, portanto, o § 6.º, Art. 123, do Regimento Interno, respaldando-se nele para não acolher o requerimento do nobre Deputado, muito embora respeite a posição de S. Ex.ª.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — (Pela ordem) Sr.

Presidente, acatei o Regimento Interno, e notadamente o mando de V. Ex.^a, pela maneira com que tem dirigido esta Casa, como verdadeiro mestre.

Estou satisfeito, embora mais ofensivos do voto que requeri, foram as atitudes dos jogadores da Seleção do Peru. Não estou requerendo voto de repúdio ao Presidente, em ao País, Peru. Estou requerendo voto de repúdio a onze jogadores desavergonhados; não estou requerendo voto de repúdio à França, mas ao juiz "gato", como se diz na gíria; não estou requerendo voto de repúdio contra o Brasil, mas contra e para um técnico com o qual não concordo. Mas, fico satisfeito com as explicações dadas por Vossa Excelência. — Era só.

O SR. JURANDIR MESSIAS — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para fazer uma pequena ressalva: V. Ex.^a, com respaldo no Regimento, não acatou o requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Carvalho.

Mas V. Ex.^a também se referiu que, na sessão de ontem, se encontrava ausente. E que se estivesse presidindo aquela sessão, também não teria recebido o requerimento do eminente Deputado Nelson Buffara.

É evidente que, ontem, a Casa foi presidida por mim, 1.º Vice-Presidente. E eu entendo, Sr. Presidente, que requerimentos vazados nesses termos, quando da minha presença na Presidência desta Casa, devem, e serão recebidos, porque também entendo que seria mais um gesto democrático levar esses requerimentos à apreciação do Plenário, porque também entendemos que o Plenário é soberano, e me parece que, uma atitude assim, mesmo com o respaldo que V. Ex.^a mencionou, no Regimento Interno, não ficaria tão adequada para um Presidente, para quem preside uma Casa de Leis que tem seus membros, Deputados, todos eficientes e capazes.

Então esta Presidência, ontem, houve por bem submeter à apreciação da Casa e o farei, Sr. Presidente, mesmo até contrariando os princípios regimentais, quando a mim chegarem requerimentos vazados nesses termos.

Entendo, Sr. Presidente, que, a Casa, o Plenário são soberanos, e o regime, democrático. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência não teve, absolutamente, em nenhum instante, a pretensão de julgar V. Ex.^a quando, presidindo esta augusta Casa de Leis, adota posições de, receber, ou deixar de receber qualquer proposição.

A Presidência respeita e, aliás, tem demonstrado publicamente a atitude, a atuação de V. Ex.^a nesta Casa, toda ela muito clarividente, sempre. Tão somente é um posicionamento pessoal de cada um. A Presidência jamais se recusou a ouvir da tribuna ou do Plenário, qualquer dos Srs. Deputados, verberando contra atitudes que, a cada um possam significar atentado contra até a moral, no caso presente, da atuação da equipe de futebol do Peru. Todavia, a mim cabe a preservação do bom nome deste Poder, e evitar até que isto seja possível, que o Poder se atrele ao pensamento expandido por um dos Srs. Deputados, porque se verifica nesta Casa de Leis, eminente Deputado Vice-Presidente, que, a maioria, a grande maioria dos Srs. parlamentares, não têm ponto-de-vista ainda firmado, em torno de determinado problema e que, em razão desta isenção de ânimos de uma grande parcela de representantes do povo, estes, vêm-se atrelados ao ponto de vista de determinado Deputado, envolvendo, portanto, todo o Poder Legislativo do Paraná, numa proposição, muitas vezes ofensiva à dignidade — não pessoal ou individual, ou de um indivíduo ou de uma coletividade. É uma posição pessoal, desde que, transitoriamente ocupe a Presidência deste Poder. Mas, repete a Presidência, esta Presidência respeita totalmente o posicionamento de V. Ex.^a que é também regimental...

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, eu perguntaria: se fosse feito um plebiscito no Brasil, com referência ao

jogo Peru-Argentina, quem venceria? Se aqueles que votassem pela facilidade como fator que alterou-o, facilitando o jogo, ou aqueles que achassem que realmente o jogo fora disputado, com a intenção de vencer a Argentina, de a Seleção Peruana vencer a Argentina?

V. Ex.^a há de convir comigo de que o jogo realmente foi facilitado pelos peruanos. Então, Sr. Presidente, nós representamos a vontade soberana do povo, nós representamos o povo brasileiro aqui, principalmente o povo paranaense, então, nós é que estamos fazendo o plebiscito, o plebiscito será feito através dos Srs. Deputados, Deputados do Povo. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) O cidadão Ivo Thomazoni pode ter o seu pensamento, porque também é esportista, e torcedor das cores verde e amarela da Seleção Nacional e o cidadão Ivo Thomazoni tem também razão de estar revoltado com a displicência do escrete peruano, mas o Presidente Ivo Thomazoni não poderá em nenhum instante deixar que a revolta íntima lhe tome o lugar da razão, quando, presidindo este Poder, tem a obrigação de preservar o nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

É este o posicionamento, data vênica de entendimentos diferentes.

A Presidência recebe neste instante, Projeto de Resolução que necessita de apoio. — (Lê):

"PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 86/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — As Sessões Plenárias da Assembléia Legislativa do Estado, até 15 de novembro de 1978, serão realizadas nos seguintes horários:

2ª feira - reunião das Comissões, com início às 19,30 horas.

3ª — Sessão Plenária às 14,30 horas.

4ª — Sessão Plenária às 14,30 horas.

5ª — Sessão Plenária às 10,00 horas.

6ª — Reunião das Comissões.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1978.

(aa) LUIZ ROBERTO SOARES e NILSO SQUAREZI

Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Diretoria da Empresa Kamby, convidando para comparecerem a esta Assembléia Legislativa, a fim de esclarecer problemas atinentes à importação de leite no país. — Aprovado.

A Presidência registra, com satisfação, a presença nesse Plenário, do Sr. Deputado Federal Álvaro Dias, da representação do Movimento Democrático Brasileiro.

Requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo. A Presidência lamentavelmente, também deixará de recebê-lo. S. Ex.^a pretende no seu requerimento, informações junto ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Pretende saber porque não foi executada ainda a apelação cível nº 384/78, procedendo da Comarca de Nova Londrina, e que recebeu julgamento proferido pelo Tribunal de Alçada, acórdão 4049, etc, e dá outras indagações e expende conceitos e justifica.

A Presidência considera não ser próprio de um Poder, na forma em que está proposto este requerimento, interpelar outros Poderes, podendo S. Ex.^a, se desejar, fazê-lo pessoalmente. Por essa razão, não recebe o requerimento do Sr. Deputado Osório Valter Pietrângelo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam efetuados estudos de viabilidade, para interligar a Comarca de

Toledo com o Município de Nova Aurora, passando por Novo Tupãssi, Jotaesse e Palmitópolis. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de protesto à CBD, contra o uso de camisetas pela Seleção Brasileira de Futebol, ostentando a propaganda da "ADIDAS", conhecida multinacional. — Aprovado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Líder da ARENA, Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere e vai colocar em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini. — (Pausa).

10 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam e 2 Srs. Deputados abstiveram-se de votar.

Não há quorum para deliberação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 39 e 62/78, e de Resolução n.ºs 50, 57 e 59/78.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 45/77, 61/78 e 269/77, e do Projeto de Resolução n.º 61/78.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 48, 52, 55 e 60/78.

Levanta-se a Sessão.